



**PROJETO DE LEI n. 141/2023**

**AUTORIA: DEPUTADO WILKER BARRETO**

**RELATOR: DEPUTADO CARLINHOS BESSA**

**Dispõe sobre o direito de reembolso de valor no caso de pagamento de fatura de energia elétrica em duplicidade, na forma que especifica.**

## **I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Wilker Barreto, que “Dispõe sobre o direito de reembolso de valor no caso de pagamento de fatura de energia elétrica em duplicidade, na forma que especifica”.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

O presente projeto não recebeu emendas.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no art. 27, inc. I, alínea “a” c /c art. 127, §1º, inc. III do Regimento Interno.

Passo a emitir parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A proposta do eminente Deputado Wilker Barreto visa a proteção ao direito do consumidor, ao passo que irá garantir o direito do mesmo de ter ressarcido o montante pago a mais em contas de energia elétrica. Ou seja, quando o usuário de energia elétrica efetuar o pagamento em duplicidade, a concessionária deverá ressarcir o montante excedente monetariamente.

Procedendo, então, a devida análise da constitucionalidade e da juridicidade,





**GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)**

apesar da boa intenção legislativa, a presente propositura encontra-se devidamente ancorada nos ditames constitucionais federais e estaduais.

Quanto à competência sobre esta matéria, dispõe o art. 24, inc. V da Constituição Federal que os Estados possuem a competência concorrente com os demais entes federados para legislar sobre produção e consumo. E esta competência foi inclusive reconhecida pelo STF, conforme se passa a expor:

*“O princípio que mereceu resguardo do legislador estadual, aqui, como lembra a Procuradoria-Geral da República, foi o da “defesa do consumidor”, objeto do disposto no art. 170, V, no qual figura como um dos norteadores da ordem pública. E, para promover tal proteção, em termos específicos, tinha competência o Estado, porque os preceitos que editou retiram do próprio texto constitucional o fundamento de validade que a autora nega. A competência do Estado para instituir regras de efetiva proteção aos consumidores nasce-lhe do art. 24, incisos V e VIII, c.c §2º, como nota a Advocacia-Geral da União”*

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual estabeleceu em seu art. 18, inciso V que compete ao Estado legislar sobre a matéria da presente propositura.

Assim sendo, cabe à União editar normas gerais, devendo os entes legislar sobre as suas peculiaridades. Leciona Uadi Bulos:

*Enfatiza-se que a competência da União para editar normas gerais deve circunscrever-se a essa tarefa, sob pena de malsinar a Carta de 1988. O mesmo se diga quanto aos Estados e ao Distrito Federal; ambos devem, apenas, particularizar os comandos oriundos das normas gerais, amoldando-se à realidade regional, mas sem subverter a ordem taxativa do art. 24 do Texto de 1988.*

Sendo assim, a presente propositura, no que concerne ao aspecto de competência, se encontra ancorada na insculpida Carta Magna Federal e Estadual.

Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com os ditames constitucionais, cumpre esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei.

**III – VOTO**

Diante do exposto, considerando que a presente proposição atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)**

**FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei n. 141/2023.

É o parecer.

S.R. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 11 de abril de 2023.

**DEPUTADO CARLINHOS BESSA**

Relator



Assembleia Legislativa do Amazonas  
Praça Ypiranga, 3950 - Flores  
Gabinete Deputado Carlinhos Bessa - 3º andar

(92) 3183-4453  
(92) 3183-4436  
(92) 99381-1178

@deputadoCarlinhosBessa  
@deputadoCarlinhosBessa

www.carlinhosbessa.com.br  
deputado.carlinhosbessa@aleam.gov.br  
deputadocarlinhosbessa@gmail.com

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : C2A0D84B000C8E40 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 10/04/2023 12:18:03

